

O SERVIÇO DE DEFESA PASSIVA ANTIAÉREA EM SANTA CATARINA: ALERTADORES EM ARARANGUÁ DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

THE AIR DEFENSE PASSIVE PROTECTION SERVICE IN SANTA CATARINA: ALERT SYSTEMS IN ARARANGUÁ DURING WORLD WAR II

Carlos Eduardo Pereira Gomes¹
Michele Gonçalves Cardoso²
Ismael Gonçalves Alves³

RESUMO: Este trabalho objetiva compreender como foi a criação e a instalação do Serviço de Defesa Passiva Antiaéreo – SDPAAe, no contexto da Segunda Guerra, enfatizando, principalmente, sua atuação em Santa Catarina, estado em que a figura do migrante foi o agente mobilizador do medo. Buscou-se como fontes de pesquisa a documentação disponível no Museu Histórico de Araranguá/SC.

PALAVRAS-CHAVE: Santa Catarina; Segunda Guerra; Serviço de Defesa Passiva Antiaérea; Alertadores.

ABSTRACT: This work aims to understand how the creation and installation of the Anti-Aircraft Passive Defense Service (SDPAAe) took place in the context of World War II, focusing mainly on its operations in Santa Catarina, a state where the figure of the migrant played a key role in mobilizing fear. The research sources include documentation available at the Historical Museum of Araranguá/SC.

KEYWORDS: Santa Catarina; War II; Anti-Aircraft Passive Defense Service; Alert systems.



10.23925/2176-4174.35.2025e70252

¹ Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico (UNESC). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-7416-8488> E-mail: carloseduardommi@unesc.net

² Doutorado em História (UDESC). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0912-6825> E-mail: michelegc@unesc.net

³ Doutorado em História (UFPR). Universidade do Extremo Sul Catarinense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3580-9101> E-mail: iga@unesc.net

Recebido em: 06/02/2025.

Aprovado em: 18/03/2025.

Publicado em: 06/04/2025.

1. Introdução

São ações da pesquisa do historiador observar, analisar e interpretar processos diversos, calcados em movimentos de rupturas e continuidades. A história do território catarinense, pode-se concentrar a partir da análise de variados momentos em que projetos políticos mudaram de rumo, colidindo com os discursos, ações e grupos, mobilizando diferentes memórias e noções da identidade coletiva. Durante a Segunda Guerra Mundial, a transformação do cotidiano é geralmente vista nos países em que o conflito bélico se deu de maneira direta, sendo visualmente notada inclusive, pelos destroços observados na brusca mudança da paisagem. Contudo, o temor provocado pela guerra pode também ser visto a partir do alastramento do medo, provocado pelos mais diversos agentes e pairando no ar nas intrincadas lides do cotidiano. O Brasil, e aqui destaca-se o território catarinense, ganhou evidências no que tange as transformações, sejam elas, políticas, ideológicas ou sociais, bem como, na vida dos cidadãos catarinenses e seus sentimentos de proteção e medo. Este sentimento se fez presente na formação de uma circunstância específica e situado em um momento político inédito, preciso no espaço tempo. Esse dito momento, é compreendido pela ótica do medo e catapultada pela figura do outro.

A instauração do Estado Novo, a partir do ano de 1937, gerou uma série de transformações institucionais. O projeto político do então presidente Getúlio Vargas elaborava uma nova visão de Brasil e brasilidade, reforçando um ideal de nação e progresso na prerrogativa de pensar uma unidade hegemônica. No entanto, quando se pensa o Brasil como um território vasto e diverso, é notório que pensar a sociedade de maneira hegemônica, torna-se uma tarefa bastante árdua. Centrando o olhar em Santa Catarina, a população como um todo, apresentava diversas singularidades étnicas e sobretudo, culturais. Os processos de colonização iniciados em meados do século XIX trouxeram diversos grupos de imigrantes, aqui destacando-se italianos e alemães.

A chegada destes grupos ao espaço catarinense pode ser compreendida a partir de um projeto político que buscava naquele momento, o branqueamento da

população brasileira e o aumento de mão de obra, compreendida como qualificada e ligada ao interesse de desenvolvimento do país. No entanto, com a dificuldade encontrada em assimilar os grupos ao sentimento de brasilidade, muitas ações puderam ser observadas ao longo do século XX. Processos de nacionalização e assimilação cultural, acabaram sendo largamente praticados pelo Estado brasileiro, na busca pelo envolvimento de uma unidade concisa, capaz de ser configurada e chamada de nação.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o tensionamento das ações políticas é realocado com maior intensidade, pautando ações autoritárias. A população catarinense, é envolta no medo, provocado aqui pela presença dos migrantes que são identificados como inimigos. O alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos marcou um novo momento para os acontecimentos em território nacional. Preocupado em mostrar serviço aos países Aliados⁴, a política brasileira voltou suas atuações de maneira enérgica, na busca de vencer os ditos traidores. O ponto mais crítico pode ser visto a partir de 31 de agosto de 1942, quando oficialmente o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, formando uma aliança com os países Aliados. Dentro da conjuntura exposta, é possível enxergar a perseguição de grupos taxados como inimigos da pátria. A propagação do medo é notória na construção de discursos que são alaistrados pelos meios de comunicação. Diversas ações também podem denotar características autoritárias, como a suspensão da cidadania, denúncias e prisões. Na reafirmação da retirada de indivíduos considerados perigosos do meio social.

A partir da identificação deste momento de crise social, é perceptível a criação de variadas medidas legais para controle e ampliação da segurança nacional. O Decreto-Lei, n. 4.624, de 26 de agosto de 1942⁵ dispõe oficialmente sobre o serviço

⁴ Após negociações com os Estados Unidos, o presidente Getúlio Vargas tomou uma posição política rompendo relações com os países do Eixo em janeiro de 1942 e tomando uma série de medidas para provar apoio aos Aliados, como o controle de migrantes que em Santa Catarina viviam em comunidades próprias sem se assimilar à cultura brasileira. Como exemplo, pode-se citar a proibição de outras línguas que não fossem o português em solo nacional, bem como o fechamento de escolas consideradas étnicas e particulares dessas comunidades. Como parte do acordo, os Estados Unidos financiaram a construção da Siderúrgica Nacional Brasileira.

⁵ Decreto-Lei Federal n. 4.624 de 26 de agosto de 1942, que dispõe sobre o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea e suas funções. Antes disso, havia a existência do Decreto-Lei Nº 4.098, de 06 de fevereiro de 1942 que definia, como serviços necessários à defesa da Pátria, os aparelhos da defesa passiva antiaérea.

da chamada *Defesa Passiva Antiaérea (SDPAAe)*, criado em todos os municípios do Brasil e tendo como propósito o serviço de vigilância, alarme e primeiros socorros em casos de possíveis ataques provocados pelos inimigos do Eixo. Dentro do *Serviço de Defesa Passiva Antiaérea (SDPAAe)*, formam-se grupos de alertadores, responsáveis por ações em casos de possíveis ataques. A criação de órgãos e serviços demonstram aqui preocupação nas distintas instâncias políticas, na busca pela manutenção da ordem nacional, vista em situação de suposta ameaça. Os discursos presente no jornal O Estado, datado de setembro oferecem subsídios para argumentação da necessidade de implantação desses sistemas e sua efetivação para proteção da população. Evidencia-se uma espécie de *pânico moral*, conceito que será abordado ao longo do trabalho, onde a lógica da suspeição impera na figura do outro. Todo esse aparato precisou ser colocado em prática, o que realça uma apreensão em ofertar legitimidade às ações propostas pelo Estado brasileiro.

Portanto, a presente pesquisa está interessada em compreender como tais sistemas passaram a funcionar, identificando seu contexto de criação e seus discursos legitimadores. Os documentos aqui analisados evocam listas nominais de sujeitos recrutados para o serviço de alertadores, encontradas no arquivo do *Museu Histórico de Araranguá (MHA)*.

O município de Araranguá está situado no extremo sul catarinense, tendo sido desmembrado de Laguna em 1880, sendo uma das cidades mais antigas do sul catarinense. Os documentos fazem parte das correspondências expedidas e encaminhadas, datadas de setembro de 1942. Busca-se entender a função dos alertadores, bem como sua composição e formação no período com maiores atritos dentro do território catarinense quando o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea (SDPAAe) passou para nomenclatura de Serviço de Defesa Civil (SDC).

2. Criação do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea – SDPAAe e suas atribuições.

O Decreto-Lei nº 4.098 de, 06 de fevereiro de 1942 regulamentava e lançava como necessário à proteção da pátria o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea. Sendo naquele momento, uma atribuição do Ministério da Aeronáutica. O contexto político mundial e o medo de possíveis ataques ofereceram subsídio para pensar sistemas

de proteção, antes pouco sistematizados dentro da legislação brasileira⁶. O *SDPAA* veio para determinar quais ações deveriam ser tomadas, pensando possíveis fenômenos que acarretassem prejuízo nacional. Seja em um cenário de destruição de lugares ou ainda feridos e mortos provocados por possíveis ataques. Na concepção do projeto é possível identificar variados aspectos que mobilizassem a população, seja ela convocada para o serviço de maneira obrigatória ou voluntária. Abaixo, é possível identificar algumas funções presentes na legislação.

Art. 2º São encargos ou serviços de defesa passiva em tempo de paz ou de guerra:

I - Para todos os habitantes na forma das prescrições regulamentares:

- a) receber instrução sobre o serviço e o uso de máscaras;
- b) possuir os meios de defesa individual;
- c) recolher-se ao abrigo;
- d) interdição de ir e vir;
- e) sujeitar-se às ordens prescritas para dispersão;
- f) atender ao alarme;
- g) extinguir as luzes;
- h) proibição de acionar ou por em movimento veículo de qualquer natureza.

II - Para os homens de 16 a 21 e de 45 a 60 anos de idade, os de 21 a 45 anos não convocados pelos comandos militares e as mulheres de 16 a 40 anos, desempenhar, de acordo com as suas aptidões e capacidade, as funções que lhes forem determinadas pelos órgãos executores na forma das prescrições regulamentares, como sejam:

- a) dar instrução sobre os serviços;
- b) proteção contra gases;
- c) remoção de intoxicados;
- d) enfermagem;
- e) vigilância do ar;
- f) prevenção e extinção de incêndio;
- g) limpeza pública;
- h) desinfecção;
- i) policiamento e fiscalização da execução de ordens;

⁶ A Constituição Imperial de 1824 abordava o assunto, sendo o governo responsável por socorrer a população em casos diversos. A Carta da República, datada de 1934 realizava menções sobre casos de desastre e ações. Ambos os documentos não deixavam claro intensões mais precisas em casos diversos de emergência.

j) construção de trincheiras e abrigos de emergência.
(Brasil, 1942, s/p).

São convocados sujeitos, brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil, maiores de dezesseis anos de idade. A incapacidade em casos de convocação deveria ser comprovada para justificar ausência de participação. A legislação também deixava claro a possibilidade de multas e penalidades jurídicas em casos de não cumprimento das ordens, seja para pessoas jurídicas ou físicas. Na objetivação das funções vistas acima, é possível perceber a divisão das atribuições. No artigo dois, parágrafo primeiro, estão os ordenamentos para toda a população. Suas ações podem ser coletadas em ordens mais precisas, com atos de carácter disciplinar, identificadas pelas palavras: interdição, proibir e atender. No parágrafo segundo, são mencionadas ações para os homens não convocados e mulheres. Percebe-se aqui uma lógica de prestação de serviços. Identificadas pelas palavras: proteção, prevenção, limpeza e desinfecção. Nota-se na letra I, a atribuição de fiscalização do cumprimento e execução das ordens, denotando que é tarefa de todos o dever de cumprir e fazer cumprir as ações para proteção da pátria. Reforçando que a coletividade é item primordial para o bom funcionamento dos mecanismos legais de proteção do país, sendo amplamente difundidos nas regras estabelecidas e pelos meios de comunicação. A coesão da sociedade torna-se item necessário para o bom fluxo dos serviços estabelecidos como será abordado adiante.

Em 22 de agosto de 1942, em uma conferência no Rio de Janeiro, o Brasil decidiu por fim, alinhar-se oficialmente ao bloco dos países Aliados. Em 26 de agosto de 1942, o Decreto-Lei nº 4.624 deixou criado em todo o território nacional o *SDPAAe*, sendo agora uma atribuição ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Embora a mudança de ministério, a coordenação operacional do serviço continuava nas mãos da aeronáutica brasileira. Em 31 de agosto de 1942, o Brasil declarou estado de guerra em todo o território Nacional. Portanto, oficialmente, o país encontra-se em tempos de guerra, realizando assim ações políticas e sociais que vão ao encontro com necessidades do momento vivenciado, segundo a lógica das autoridades presentes na referida situação. O Decreto-Lei nº 4.716 dispõe sobre a criação da Diretoria Nacional do *SDPAAe*, com sede na capital do Brasil, à ocasião

localizada no Rio de Janeiro. Em ordem, percebe-se que foram três decretos-leis no ano de 1942 que criaram, modificaram e ofereceram subsídio para o funcionamento do SDPAAe. À medida que o sistema entrava em cena, adaptações iriam surgindo a fim de atender as demandas presentes.

O jornal de Santa Catarina, intitulado *O Estado*⁷ trazia entre seus destaques de sábado, 19 de setembro de 1942, assuntos relacionados à Segunda Guerra Mundial. Várias notícias declaravam sobre os avanços do Eixo e do perigo que cercava o aumento do conflito bélico. Em uma pequena nota, cita-se a cidade de Recife e uma organização com cursos de treinamento designados aos bombeiros, para formação específica dos denominados bombeiros de guerra. Aberto aos civis, o curso com duração de três meses abarcava destrezas acerca de possíveis conflitos e proteção contra-ataques, levando em conta feridos e destruições ou mesmo emergências diversas que poderiam acontecer com a nova configuração cotidiana. A partir do contexto da capa do jornal daquele sábado, compreende-se o trânsito de informações, bem como visualiza-se o contexto dramático do início da década de 1940.

Na segunda página do diário, tem-se uma menção, de cerca de meia página, expondo sobre a formação da *defesa passiva antiaérea* e o serviço de *alertadores*, proveniente da legislação do momento. Anunciava-se o serviço, bem como sua permanência para o município de Florianópolis. Numeradas, sessões abordavam competências e funções, bem como a finalidade do serviço em questão, como algo pertinente e necessário para proteção dos cidadãos catarinenses. Importante considerar que o Decreto-Lei nº 4.098, de 06 de fevereiro de 1942 salientava a respeito da obrigação da divulgação nos meios de comunicação sobre comunicados do Ministério da Aeronáutica, fazendo assim um vínculo entre informações que deveriam ser repassadas para a população, em uma rede direta de dados dentro do contexto de guerra.

Art. 4º Os jornais, revistas ou publicações de qualquer natureza são obrigados a inserir, gratuitamente, comunicados do Ministério da Aeronáutica ou de seus inspetores ou delegados,

⁷ Jornal: O Estado – O mais antigo diário de Santa Catarina. Edição nº 8640 vinculada em um sábado, na data de 19 de setembro de 1942. Disponível na Hemaroteca digital catarinense, o qual apresenta um acervo de periódicos catarinenses desde o século XIX.

correspondendo à dimensão de 1/16 de página; os diários, duas vezes por mês; os semanários, seis vezes por ano, e os mensários duas vezes por ano; os que se editarem em prazo superior a um mês, a inserir uma vez por ano em dimensão que corresponda a uma página. (Brasil, 1942, s/p).

A partir dos tópicos dispostos pela legislação da época, os membros da *SDPAAe*, denominados *alertadores*, possuíam uma série de ordens, funções e prestações de serviços, voltados para vigilância, aviso e proteção. Tanto do cotidiano, quanto operações em casos dos temidos ataques, que poderiam causar destruições, feridos e até mortes. Era função dos alertadores não apenas realizarem essas atividades práticas, mas incluía-se também ajustes estruturais na criação de espaços e manutenção de equipamentos, como alarmes sonoros ou mesmo alto-falantes. Na busca pelo atendimento dos cidadãos em casos de ataques, caberiam a eles capacitarem os civis para proteção de carácter doméstico, distribuindo equipamentos de proteção, como máscaras em casos de gases tóxicos, ou mesmo, encaminhando essas pessoas para locais apropriados⁸ em casos de destruição de suas residências. A prestação de ajuda, no caso de primeiros socorros em episódios de feridos, também era parte do trabalho dos recrutados para a função. No geral, observa-se o recrutamento de homens para realização de atividades de alto risco, indo ao encontro com as diferenças de serviços designadas para os homens recrutados e mulheres. Para exercer tais ações, cursos e aulas preparatórias eram ofertadas, sendo de extrema importância para os participantes da *SDPAAe* a participação nos ensinamentos disponibilizados pelos órgãos responsáveis.

Observa-se a partir das regras estabelecidas para o funcionamento do serviço dos alertadores, nas questões práticas, itens que posteriormente, seriam incorporados à Defesa Civil. Legislações e incisos criados pela necessidade, em situações excepcionais, mas que indicaram condições para estabelecimento de serviços, regras, normas, agentes e órgãos responsáveis para agir em momentos de vulnerabilidade, antes não dispostos de maneira sistemática, pensando na ausência de tais conflitos. Dessa maneira, percebe-se a prática oferecendo espaço para criação da norma motivada pela necessidade. O movimento estabelecido propiciou a afirmação de legislações e normas importantes para proteção da sociedade antes não dispostas de

⁸ A publicação ao falar sobre o encaminhamento de pessoas para locais apropriados em casos diversos não menciona quais lugares seriam esses, deixando a dúvida sobre o serviço e suas ações.

maneira organizada. Contudo, inserido em um período conturbado, estas ações transformaram o cotidiano de pessoas, muitas vezes de maneira pouco atrativa. Os jornais do período, ao justificar tais sistemas e a necessidade de participação da população, optaram pelo discurso da ameaça que pairava sobre todos.

Na publicação presente no jornal *O Estado*, percebe-se o motivo da formação dos grupos de alertadores. É esclarecido suas funções, dispostas em sessões de serviços de Vigilância e alarme; Dispersão; Polícia; Serviço de saúde e pronto socorro; Transporte; Recrutamento; Serviço contra incêndios, sinistros e desobstruções; Serviço de reconstruções entre outros. Itens e subitens criados para atendimentos diversos, operações e urgências que poderiam surgir, aqui realocados pelo sentimento de medo provocado pelo conflito, dispostos e propagandeados para a população. Pouco mais de um ano após o último decreto-lei que formalizara a criação da Diretoria Nacional da *SDPAAe*, aconteceu uma reformulação da nomenclatura do serviço. O Decreto-Lei nº 5.861 de 30 de setembro de 1943 transformou o Serviço de *Defesa Passiva Antiaérea em Serviço de Defesa Civil*, atendendo agora pela sigla *SDC*. Interessante perceber como o contexto da guerra propiciou maior sistematização na formação da legislação brasileira que antes praticamente inexistentes. O sistema pensado para agir dentro de um momento específico, tornou-se permanente para a população.

3. A divulgação do *SDPAAe* e a produção de discursos.

A transformação das correntes historiográficas, propiciou novos horizontes para a pesquisa e produção histórica. Sua preocupação por construir uma história problema, fez com que variadas concepções de abordagens e fontes surgissem na renovação da produção historiográfica e suas implicações práticas. A imprensa e seus estudos ganharam evidências agora como fonte, não apenas de apoio, mas como uma maneira de pensar questões problemáticas, incluindo estudos sobre a própria imprensa e suas formas e significados perante seu conteúdo.

[...] o historiador não deve renunciar jamais à relação que as séries, as regularidades percebidas 'mantêm com particularidades que lhes escapam', mas deve ocupar-se do particular como limite do pensável, conduzindo aos interesses pelos restos e pelas diferenças. Nesse sentido, o historiador não é mais o homem capaz de constituir um império. Nem visa mais

o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio. (Certeau, 1982, p. 80).

Abordando um lado em específico da imprensa, os jornais, percebe-se variadas questões envolvendo suas concepções, linhas de raciocínio e discursos norteadores de seus conteúdos. Ao desnaturalizar uma suposta carga de neutralidade presente nessas mídias, os jornais imperam como importantes veículos de informação, suscitando notícias, assuntos e comentários. Suas ações práticas podem provocar alerta para determinados acontecimentos e grupos, bem como apagamento para outras questões, em uma linha de direcionamento de conteúdo, levando-se em conta o perfil dos leitores e os interesses de quem está à frente em suas linhas de produção. É sempre importante a percepção e interrogação sobre quem, quando e como tais discursos tornam-se presentes, transcendendo páginas escritas e tornando-se parte do repertório cotidiano dos indivíduos em determinados momentos.

Trazendo novamente como exemplo o jornal *O Estado de Santa Catarina*, de 19 de setembro de 1942, é notória, já em sua primeira página, o conflito da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos para o cotidiano. Neste sentido, muitas transformações podem ser observadas e identificadas, mas é parte da análise dessa pesquisa perceber o teor das notícias presentes no impresso. Como afirma Tania Regina de Luca no livro *Fontes Históricas*⁹ (2008), toda a materialidade do impresso é uma categoria importante de análise, não havendo nada natural nas diversas escolhas que se fazem presentes na concepção destes impressos. Pensar a materialidade vai desde a diagramação da página, com títulos maiores e menores, sessões e subseções, letras miúdas e o próprio tipo e ou qualidade de material usado na impressão. Ao grifar na primeira página: *Hitler planeja enviar a Espanha ao matadouro* e *A maior batalha da história do mundo* o jornal insere o contexto dramático do início da década de 1940. Seus leitores são contemplados com reportagens e notícias sobre o conflito em nível mundial, mas também, contextualizando os acontecimentos em nível nacional e regional. Suas páginas podem ser sentidas pelo leitor, ao mostrar de forma clara, objetiva e supostamente imparcial os acontecimentos

⁹ LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2º ed. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 111 – 154.

a partir do conflito bélico. São frases curtas e de fácil compreensão que tratam de informar o leitor sobre sua realidade atual, repleta de desafios e perigos, cada dia mais próximos.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas. (Luca, 2008, p.140).

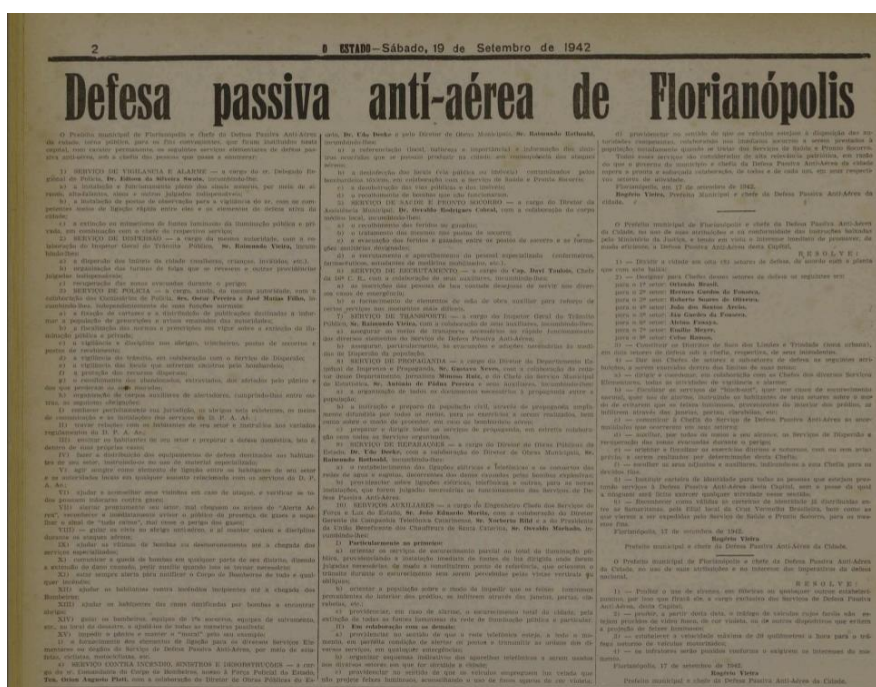
As formas como o jornal seleciona letreiros grandes e pequenos, além de dizeres informativos e notas, podem ser sentidas em sua leitura. Abaixo dos títulos maiores trazidos como exemplo anteriormente, há uma nota, denominada *O quinta-colonista Kraemer*. A notícia é sobre um caso em Minas Gerais. Adentrando o ocorrido, um sujeito de nome Johann Carl Kraemer teria dito palavras ofensivas em público, mais precisamente em um bar no município de Varginha. Suas palavras teriam produzido insinuações quanto ao que se entende por relações internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos. A pequena nota, não esclarece quais teriam sido suas palavras. Contudo, deixa claro o crime cometido por Kraemer, incluso no art. 3, inciso 20 do Decreto-lei, nº 431 de 18 de maio de 1938 e sua detenção que poderia variar entre seis meses até três anos de prisão. A lei, nº 431 de 18 de maio de 1938 aborda questões relativas a crimes que poderiam ferir a integridade, segurança ou estrutura do Estado brasileiro, estabelecendo punições para quem visse a bagunçar a ordem de segurança nacional imposta de maneira contundente dentro do período exposto pelo conflito bélico.

Algumas ponderações podem ser feitas aqui. Em primeiro lugar, chama atenção o vocabulário utilizado para descrever Johann Carl Kraemer, como *degenerado e desprezível brasileiro*, mas deixando claro sua origem alemã, para além de sua atual nacionalização em território nacional. Separando o “*verdadeiro*” brasileiro, do imigrante aqui estabelecido. Em segundo lugar, uma notícia de Minas Gerais, longe do Estado de Santa Catarina, mas presente na primeira página. Demonstrando os temores da pátria e sua extensão em todo o território nacional. Em terceiro, mesmo situada em uma pequena nota, sua diagramação na folha à insere

em um ponto de destaque, com seu título que chama atenção do leitor. Sua presença na primeira folha e sua localização entre outras informações relacionadas ao conflito de extensão mundial à torna suficientemente relevante para atrair atenção na leitura do impresso. A disposição destas notícias deixa bem claro o recado que o leitor precisa perceber. Nessa perspectiva, a guerra estaria intensa e situações poderiam atingir o país, além de reforçar a imagem de que existiam sujeitos dotados de más intenções entre nós.

Na segunda página do jornal, o SDPAAe ganhou destaque, como comentado anteriormente e o serviço é minunciosamente descrito.

Imagem 1. Jornal: O Estado, 19 de setembro de 1942.



Fonte: Hemeroteca Digital (2022)

Desta maneira, observa-se o contexto de guerra e os discursos evocados pela publicação. Notícias ganharam contornos especiais, na vinculação dramática do momento. Importante salientar que não é o objetivo da pesquisa deslegitimar a imensidão dos conflitos e suas extensões de sofrimento. A Segunda Guerra Mundial alterou a vida de inúmeras pessoas, em várias partes do globo, deixando um saldo de milhões de feridos e mortos. Mas, é necessário identificar como o contexto é moldado a partir das notícias presentes, percebendo como tais assuntos chegaram até população. O medo é o agente mobilizador de diversas ações, alterando aspectos

cotidianos. Muitas dessas notícias foram usadas para legitimação das ações do Estado brasileiro e seus novos mecanismos de proteção, que em diversos momentos praticaram comportamentos autoritários para atingir seus objetivos.

No jornal *O Diário Oficial de Santa Catarina*¹⁰, três edições, datadas de setembro de 1942 foram analisadas, percebendo-se variados incisos sobre o SDPAAe, cabendo o destaque também para a Legião Brasileira de Assistência. Nas três edições analisadas, o SDPAAe é descrito e divulgado, esmiuçando seus objetivos e funções. A edição do dia vinte e três apresenta uma nota sobre o treinamento realizado pela defesa passiva antiaérea para a população. O treinamento de carácter doméstico, chamava atenção para a distribuição de equipamentos de segurança, locais de alojamento e sinais em emergências. Chama atenção na nota, o discurso moralizador dado pelo autor do texto para a população. Segundo ele, muitos indivíduos não estavam suficientemente engajados com o treinamento, fazendo pouco caso das medidas dispostas pelo governo federal.

É preciso que se tenham em vista os danos possivelmente causados por uns poucos recalcitrantes à totalidade da população e à eficiência dos serviços de defesa do país contra as incursões inimigas. Menosprezar as recomendações das autoridades seria, pois, não só ato de indisciplina, sinão também de verdadeira sabotagem das providências com que o Governo está prevenindo futuras surpresas às populações e assegurando-lhes, tanto quanto intensivamente seja possível, elementos de defesa e de cooperação com o esforço daqueles a quem compete a defesa ativa do território nacional. (Diário oficial da união, 1942, p.02).

É enfatizado inclusive, que a indiferença quanto aos treinamentos soa grave, capaz de justificar ações autoritárias do governo. No final, o autor evoca o sentimento de nacionalismo, afirmando a necessidade da perpetuação das ações educativas do SDPAAe e suas contribuições para exercício da cidadania e proteção da pátria. Esclarece, ao final de sua nota, e acentua ser de extrema importância para proteção do país a união de todos em prol do cumprimento dos serviços dispostos pelo Decreto-lei nº 4624, de 26 de agosto de 1942.

¹⁰ Jornal: O Diário Oficial de Santa Catarina. Foram analisadas três edições, sendo elas: Edição nº 2342 de 17 de setembro de 1942; Edição nº 2344 de 21 de setembro de 1942 e Edição nº 2346 de 23 de setembro de 1942. Todas as edições estão disponíveis do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

O senso de coletividade novamente surgia como algo primordial para o bom andamento das ações encaminhadas pelo governo e o *SDPAAe*. Nesse sentido, pode-se perceber ao ler os jornais e seus variados discursos, uma lógica em que o bom andamento social se torna item primordial para proteção da sociedade, como trazido anteriormente. Para atingir esse objetivo, propiciou-se uma forte rede de controle dos corpos, em que o poder estava centrado em uma ótica de vigilância constante, como afirma Michel Foucault (2004) em sua obra *Microfísica do poder*. O autor, ao trazer à tona sua nota, disciplina seus leitores e chama atenção para a importância de participação no treinamento do *SDPAAe* e, mais do que isso, emerge em seu discurso a união como elemento principal para o bom funcionamento dos novos aparatos de proteção social, além da importância de prestar atenção no outro e incorporá-lo na visão de trabalho coletivo para proteção de toda a sociedade, principalmente ao precisar defender-se do outro, que podia se caracterizar como inimigo da pátria.

O olhar vai exigir muita pouca despesa. Sem necessidade de armas, violência física, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá essa vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo afinal de contas irrisório. (Foucault, 2004, p. 218).

Ao estar atento ao que o outro faz ou deixa de fazer, uma rede de autoridade se faz presente nas relações sociais e interpessoais dos cidadãos catarinenses em contexto de guerra e suas possíveis consequências. O Estado brasileiro, os meios de comunicação e os novos serviços criaram, portanto, novas formas de agir e pensar o contexto o qual se vivenciava no início da década de 1940.

O discurso presente nas publicações evidencia a preocupação em divulgar e legitimar o *SDPAAe*. O teor das notícias e suas formas de atingir o público leitor terminavam por colocar como produto a necessidade de implantação de tais serviços para segurança nacional. O temor visto no período da Segunda Guerra em solo nacional tem um elemento particular, principalmente em território catarinense. O aspecto está direcionado à figura do outro, alertando para um grupo em específico, os imigrantes de origem alemã e italiana e suas possíveis ligações com os regimes nazistas e fascistas. Se o conflito bélico por si só já era algo negativo, os olhares

nacionais voltavam-se para Santa Catarina. Nesse contexto, evidencia-se a projeção de determinados grupos como alicerces do problema.

O fenômeno do *pânico moral* pode ser sentido em determinados momentos, criando mecanismos de defesa e negativando grupos considerados gatilhos para a desordem social. Criado na década de 1960 e referenciado por diversos autores como Zygmunt Bauman, o *pânico moral* pode ser compreendido dentro desta conjuntura de tensão social. A partir da definição do conceito, pode-se elaborar uma análise da realidade social catarinense e seu diálogo com a conceituação.

4. O pânico moral e a legitimação da SDPAe para proteção da sociedade.

Na atualidade, o conceito de *pânico moral* ganhou força e projeção ao lidar com assuntos contemporâneos como a migração¹¹ e a problemática envolvendo a não aceitação de imigrantes em determinados locais, provocando o que se compreende por xenofobia. O conceito com bases sociológicas, surgiu de maneira mais abrangente na década de 1960, com o autor Stanley Cohen em seu livro *Folk Devils and Moral Panics*. Sua linha de análise pensa a conceituação do termo e suas formas de atuação na sociedade, sendo um artifício da retórica cultural. No *pânico moral*, um evento pode desencadear uma série de transformações na busca pelo controle do comportamento considerado desviante a partir de determinado enquadramento. Esse dito comportamento erradio é o gerador do problema, visto de maneira aumentada e, geralmente, desconectado de um processo de entendimento mais complexo. Sem estudos mais profundos da estrutura social, o pânico moral culpabiliza um setor da sociedade por alguma crise social desencadeada. Segundo o autor, o *pânico moral* pode surgir suscitando ondas de transformações.

Sociedades parecem estar sujeitas, vez ou outra, a períodos de pânico moral. Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para serem definidas como uma ameaça aos valores e interesses sociais; sua natureza é apresentada de uma maneira estilizada e estereotipada [...]. Às vezes o objeto do pânico é bastante recente e em outras vezes é algo que existe há algum tempo, mas subitamente entra em cena. Às vezes o

¹¹ Zygmunt Bauman faz uma relação entre pânico moral e os movimentos de migrações contemporâneas e suas implicações para a sociedade, como fechamento de fronteiras e discriminação. Um exemplo de obra em que o conceito aparece é o livro *Estranhos à nossa porta*, publicado pela editora Zahar em 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1º ed. – Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017, 119p.

pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva; em outros tempos possui repercussões mais sérias e duradouras, produzindo tais mudanças... nas políticas sociais e legais ou mesmo na maneira como a sociedade concebe a si mesma. (Cohen, 1972, s/p).

O autor denota cinco questões para efetivação do fenômeno do *pânico moral*. Descrevendo os cinco elementos, percebe-se em primeiro lugar, a preocupação, quando por exemplo, determinado evento ou acontecimento provoca e gera alerta para a sociedade ou para um grupo considerável de pessoas. Em segundo lugar, a hostilidade. Nesse ponto, algum grupo é visto como causador do problema, ou ainda, agente deflagrante da situação. Em terceiro, percebe-se uma forma de consenso. Nessa etapa, há um alastramento de reações negativas e apreensões sobre os acontecimentos, pairando no ar sobre os indivíduos pensamentos de amedrontamento e temor. No quarto elemento, pode-se notar a desproporcionalidade. Aqui, uma questão primordial para efetivação do *pânico moral*, pois o problema ganha contornos muito maiores do que realmente é, sendo visto de um jeito desfigurado. Em quinto e último lugar, identifica-se o que se chama de volatilidade. O elemento está calcado na existência de uma ampla campanha, geralmente midiática, para visualização da extensão do problema, identificado de maneira alarmista (Garland, 2019). Os *pânicos morais*, como analisados hoje, se consolidam em momentos de rupturas ou deflagrações de crises sociais. Ao culpar e controlar determinados grupos considerados perigosos, ondas de ações políticas podem ser vistas para restauração da ordem social fragmentada pelo evento desencadeador do problema social.

A partir do entendimento do conceito e suas implicações práticas, pode-se partir da utilização do conceito para perceber a realidade do território catarinense no contexto da Segunda Guerra, mais precisamente, entre os anos de maiores atritos, que vão de 1942 até meados de 1943. Nesta lógica, pode-se perceber o carácter negativo que certos grupos, aqui identificados pelos imigrantes e suas nacionalidades ligadas ao Eixo ganhavam, perante as autoridades políticas e a sociedade. Ao deflagrar o conflito houve uma mudança mais abrupta em transferir essa população, que passa a ser taxada como perigosa aos interesses nacionais, principalmente, no território de Santa Catarina, onde o número de imigrantes de origem alemã era muito maior que em outras regiões do Brasil. Colocando em ordem

os elementos para efetivação do pânico moral e suas correlações com a história de Santa Catarina, pode-se notar alguns aspectos importantes.

Em primeiro lugar, o conflito bélico realmente impôs uma grande preocupação. Isso pode ser demonstrado por falas das autoridades nacionais e regionais, bem como, por meio dos discursos presentes nos jornais. A hostilidade então vigora na relação com determinados grupos, aqui identificados precisamente por alemães, italianos e japoneses. São eles os responsáveis pelo problema e pela falta de ordem a qual se está vivenciando dentro do período exposto. Sua presença na vida cotidiana carrega em suas origens o poder de provocar o mal. A desproporcionalidade do medo também pode ser compreendida. Principalmente, pelo temor sentido mediante suposta ameaça de invasões pelo litoral, tornando comum algumas medidas protetivas, como extinguir-se luzes durante à noite ou mesmo o cerceamento de indivíduos perigosos para longe das áreas litorâneas¹².

Como já explanado anteriormente, os discursos presentes nos impressos buscaram expor de maneira objetiva a imensidão do conflito e suas problemáticas em Santa Catarina. Os jornais, fomentaram a proporção do conflito em conjunto com discursos de ódio contra os chamados de *quinta-coluna*¹³. Desta maneira, pode-se compreender a lógica do pânico moral, onde a desestruturação da ordem social imperava. Na conturbação do momento foram direcionados sentimento de culpa e responsabilidade na figura do outro, responsáveis pela crise social vigente e pela possibilidade de destruição da nação e da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, para sanar os problemas vigentes, nota-se a criação de variadas medidas políticas capazes de restaurar a ordem social e reestabelecer à ordem em conflito. Ao prender sujeitos considerados perigosos e estabelecer na própria população uma narrativa de vigilância, o Estado garantiu uma rede de estruturação de suas intenções. A criação do SDPAE opera em contribuir e fazer valer a segurança do país, bem como preservar vidas em casos de possíveis

¹² O trabalho de João Henrique Zanelatto e Renan Borges Gonçalves aborda sobre a existência de campos de concentração no Vale do Araranguá, na época localizado na região de Timbé do Sul. Os considerados perigosos eram levados para longe do litoral, permanecendo por lá até avaliação da situação pelas autoridades políticas.

¹³ O termo tem origem na Guerra Civil Espanhola, quando o general Franco fez referência a uma quinta coluna de indivíduos favoráveis a causa revolucionária (Santos, 2007). Identificação pejorativo, foi utilizado largamente durante o período para identificar os ditos traidores da pátria, aqui identificados pelos imigrantes de origem alemã e italiana.

sinistros. O *pânico moral* deflagrado pelo conflito impôs a criação de serviços e incisivos ditos como necessários. Assim, pode-se perceber a preocupação dos jornais em atribuir necessidade e dar legitimação para o novo sistema e sua importante rede de apoio a partir da contribuição da população.

Trazendo novamente como exemplo as notícias do Jornal *O Estado* e adentrando as especificidades do território de Santa Catarina é importante pensar na nota sobre o *caso Kraemer*. A notícia de um caso ocorrido em Minas Gerais, propiciou ao leitor entendimento sobre os supostos perigos envolvendo os imigrantes e suas relações com os países do Eixo. Dessa maneira, o texto presente na publicação inseriu um alerta para os descendentes de origem alemã ao trazer possibilidades de penalidades e possíveis consequências em caso de repetição de tais comportamentos considerados insurgentes. Ao mesmo tempo, fomenta uma lógica de suspeição, onde se tornou importante vigiar constantemente o outro, aquele que poderia vir a causar problemas.

[...]. Atendem a isso instrumentos de poder anônimos e coextensivos à multiplicidade que regimentam, como a vigilância hierárquica, o registro contínuo, o julgamento e a classificação perpétuos. Em suma, substituir um poder que se manifesta pelo brilho dos que o exercem, por um poder que objetiva insidiosamente aqueles aos quais é aplicado; formar um saber a respeito destes, mais que patentear os sinais faustosos da soberania. (Foucault, 1987, 242).

Dirigindo-se ao estudo do princípio da *sociedade disciplinar*, e trazendo mais uma vez Michel Foucault para discussão, percebe-se a construção de variados elementos para reafirmação e condenação dos corpos, na criação de uma sociedade altamente punitiva. O *poder* dentro de uma visão Foucaultiana não está mais preso a uma única figura, podendo ser exercido por todos, em diferentes situações. Dessa maneira, compreende-se a lógica da suspeição como um dos principais mecanismos de controle. O ato de vigiar o outro tornou-se naquele momento algo naturalizado e mais do que isso, elemento largamente difundido entre a sociedade na busca pelo controle e percepção de atos considerados inadequados. Segundo Foucault (2004), o poder se dá pela lógica da vigilância e punição, que são mecanismos ou dispositivos utilizados para perpetuação das diversas esferas de atuação do poder em suas múltiplas formas de ação. Dessa maneira, ao vigiar constantemente o outro, o controle pode ser exercido e estruturado dentro de um contexto específico, onde o não

cumprimento de determinados protocolos poderia levar a punição, transformando em exemplo daquilo que não se deveria fazer. Dentro desta conjuntura, o conceito de *pânico moral* emerge como fator de alerta para os cidadãos e suas novas visões acerca do cotidiano e das pessoas que estão ao redor, bem como, suas funções dentro do SDPAAe em casos adversos.

5. Alertadores em Araranguá: sujeitos recrutados para o SDPAAe.

Walter Benjamin em suas dezoito teses sobre a história, salienta, entre várias ponderações, que o historiador e sua relação com a produção historiográfica à diretamente ligados com o fato de que tudo pode ser história. O historiador, vive e constrói sua pesquisa com os restos, com os trapos da história. Ou seja, com aquilo que se é deixado de lado pela maior parte da sociedade. Entre os vestígios que não são considerados importantes, se veste a história, dos momentos ordinários da existência humana. O passado, impossível de ser recuperado, pode ser visto em partes, em seções, em trapos.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin, 1987, p. 224).

No Arquivo Histórico de Araranguá (MHA), encontram-se nas caixas de telegramas encaminhados e recebidos, documentos acerca da formação dos grupos de alertadores. Trata-se de listagens com nomes de indivíduos recrutados, segundo o que constam os apontamentos, de maneira voluntária. Os voluntários constam listados pela zona de alistamento militar do município de Araranguá. Todas as listas aqui selecionadas para análise são datadas de setembro de 1942, segundo o que consta na capa que reúne os documentos. A capa do caderno traz consigo o seguinte dizer: *Caderno para inscrições de pessoas desejosas de servir os diversos casos de emergência*. Nota-se aqui o uso da palavra *emergência* numa alusão ao período turbulento de guerra, assim como a palavra *desejosas*, no sentido de o alistamento

acontecer de maneira voluntária, embora a legislação da época deixasse claro que os indivíduos também poderiam ser convocados e chamados de maneira obrigatória para o serviço.

Ao trazer os documentos envolvendo sujeitos que serviram o *SDPAAe* no município de Araranguá, é importante salientar que se torna difícil estabelecer informações concretas com maiores dados para além dos nomes citados e dos cabeçalhos presentes nas listas. São grandes as chances de os documentos aqui encontrados estarem fazendo parte de algo maior -tendo sido esquecidos ou apagados pelo tempo. Entretanto, ao trazer e questionar os documentos, pequenos pedaços desse período vão surgindo na esperança de trazer à tona alguns sujeitos e ações esquecidas pelo tempo.

Ao todo, são treze páginas contendo listas de sujeitos recrutados, embora nem todas estejam interligadas, fazendo alusão a situações diferentes em seu cabeçalho. A listagem geralmente separava os homens entre maiores e menores de quarenta e cinco anos de idade, fazendo relação e contabilizando os voluntários que estariam fazendo parte do serviço. O número dos supostos sujeitos desejosos de servir a nação é bastante extenso, com cinquenta e um indivíduos presentes no serviço de alertadores em uma das listas de maior extensão.

Ao interpretar os conteúdos presentes nos cabeçalhos, algumas situações chamam a atenção. Uma das listas por exemplo, trata de uma solicitação de exclusão da função de alertadores, tendo ao todo quarenta e cinco indivíduos. Não há outra listagem ou documento que informe sobre a decisão da solicitação. Em caso de aceite pelo governo, qual teria sido a justificativa destes homens para sair da função de alertadores designada pelo *SDPAAe*? Perguntas que pairam no ar na ausência de outros documentos.

Algumas outras questões aparecem ao questionar os documentos. Uma possível pergunta está na origem dos homens recrutados para o serviço. A vasta leva de sobrenomes, indicam a presença de migrantes italianos e alemães. Dentro desta conjuntura com cinquenta e um nomes listados, consta-se o sobrenome Schneider, Emilio Pedro Schneider. Em uma segunda lista, sem data, o nome de Emilio reaparece, então com quarenta e um anos. Ao lado do seu nome há uma nota, esclarecendo que o sujeito foi afastado do serviço, por estar com problemas de saúde. Pode-se traçar a possibilidade de um possível afastamento forçado por suas

origens, levando-se em conta o regime de perseguição existente. Por outro lado, talvez, para muitos homens de origem alemã ou italiana se tornava interessante servir a pátria, justamente para tentar sair do estereótipo de traidor ou inimigo em potencial. Em outra lista, também aparece outro sobrenome de origem germânica, Antonio Henrique Siermann.

Entretanto, desde este ano percebe-se a prática contra os alemães em geral, transformando-os em “*suspeitos em potencial*” de ameaça para à segurança nacional. Entre 1938 e 1942, as relações diplomáticas estremeceram entre o Brasil e a Alemanha, tendo, em 1942, seu ponto mais crítico, quando os prisioneiros passaram a ser tratados como inimigos de guerra, postos em presídios políticos sem respaldo jurídico. (Fáveri, 2002, p.166).

Como mencionado no início da produção textual, os serviços estabelecidos nesse contexto conflituoso deram-se no ineditismo, podendo-se afirmar que não havia legislações, órgãos e demais ações governamentais específicas para criação de serviços emergenciais. Para os recrutados dos serviços de alertadores, oferecia-se aulas sobre os fundamentos e ações a serem seguidas, com o objetivo de realizar uma espécie de treinamento. Afinal, muitos dos indivíduos recrutados eram homens comuns do cotidiano, agora envolto em prestações de serviços e ações de combate de conflitos, dentro de um novo panorama que se faz presente em suas vidas. Pouco se sabe acerca do conteúdo e da didática das aulas ofertadas, acredita-se que fosse algo relacionado aos atendimentos emergenciais em casos de feridos e demais ações de segurança, como desligamento de luzes ao anoitecer, algo recorrente nos depoimentos coletados no livro *Histórias do Grande Araranguá* de João Leonir Dall’Alba¹⁴.

Há a existência de uma lista, composta por vinte e três homens maiores de quarenta e cinco anos, e outros trinta e um menores de quarenta e cinco anos, totalizando cinquenta e quatro indivíduos faltantes à aula oferecida no dia 28 de setembro de 1942. Os nomes listados poderiam ter sofrido alguma penalidade pela falta, ou mesmo desligamento do programa. Uma questão levantada não apenas

¹⁴ O livro de João Leonir Dall’Alba intitulado *Histórias do Grande Araranguá* é feito por entrevistas de moradores do município, tendo sido concluído no final da década de 1980 e publicado em 1997. DALL’ALBA, João Leonir. **Histórias do grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997.

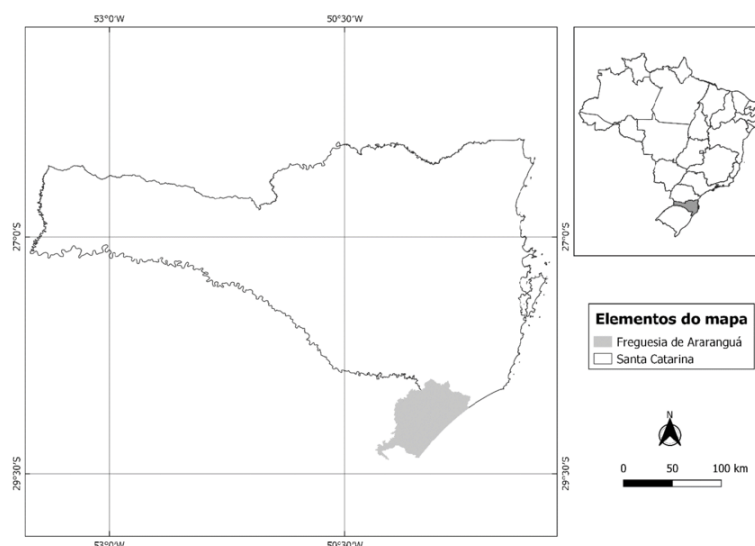
pela existência da listagem dos faltantes, mas por seu conteúdo ter sido enviado de um setor para outro da administração pública do município. Outro fator em destaque, cabível de reflexão, é o motivo para falta de cinquenta e uma pessoas na aula ofertada para treinamento. Trata-se de trabalhadores com tempo reduzido? Faltantes pelo desinteresse em fazer parte do programa? Em caso de confirmação do último elemento elencando, os recrutamentos aconteciam de maneira voluntária realmente ou possivelmente incidiam por convocação como a capa do caderno diz? Interessante relacionar a falta na aula, com a fala presente do *Diário de Santa Catarina* do dia 23 de setembro de 1942, vista anteriormente. Nela o autor do texto, utilizava de uma nota no jornal para alertar a população sobre se mostrar atenta aos ensinamentos ofertados pelo SDPAAe. Bom, talvez nem toda a população estaria interessada ou visse a necessidade em estar realizando tais atividades.

Contudo, determinados elementos analisados mostram-se repleto de indagações, quando sobrepostas informações. Voltando ao alto número de indivíduos recrutados para o serviço de alertadores na cidade de Araranguá, na obra do padre João Leonir Dall'Alba, alguns depoimentos apontam para o constante revezamento dos recrutados a fim de assegurar vigia por longas horas. Isso talvez seja um dos motivos que convenha para explicar o elevado número de sujeitos mobilizados. Outro detalhe é o fato de o município de Araranguá ser maior em extensão territorial do que é na contemporaneidade, sendo Arroio do Silva uma área, assim como o Morro dos Conventos, litorânea, o que significava cuidado redobrado, devido ao famigerado medo de invasão de submarinos alemães pelo litoral. O mapa disposto abaixo, mostra a localização do município em Santa Catarina e sua extensão territorial em 1848, anos antes de sua emancipação em 1880. Ao longo do século XX, muitos municípios desmembraram-se de Araranguá¹⁵.

¹⁵ Arroio do Silva, Maracajá, Sombrio e Turvo eram parte de Araranguá, desmembrando-se ao longo do século XX. No livro, *A história de Araranguá: versão complementada e atualizada por Alexandre Rocha* há um organograma (p. 235) sobre os desmembramentos.

HOBOLD, Paulo. ROCHA, Alexandre. **A história de Araranguá**. Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.n.], 2005.

Imagem 2. Mapa da Freguesia do Araranguá.



Fonte: Richard Vieira Ronconi e Josiel dos Santos (2021).

O depoimento de Arthur Bertoncini¹⁶, presente em uma das listas, demonstra a experiência daqueles que participaram ativamente dos serviços aqui colocados como essenciais dentro da situação atípica do momento. Sua fala denota que para ele, participar do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea tornou-se algo importante. Sendo parte de sua trajetória de vida, ao contar em entrevista sua contribuição e seus feitos dentro do momento turbulento da década de 1940.

Durante a guerra fiz parte da defesa passiva antiaérea. Mais de tudo era exigir que não se acendesse a luz de noite. Nós andávamos pelas ruas fiscalizando. Durante a guerra havia destacamentos pela fiscalização das praias. Acampavam por lá mesmo. Havia no Morro e no Arroio. (Dall'Alba, 1997, p.111).

A guerra e toda sua mobilização mundial pode ser sentida em vários lugares,

¹⁶ O depoimento citado está contido no livro já citado do Pe. João Leonir Dall'Alba. O sacerdote publicou inúmeras obras no formato de entrevista fazendo uso da metodologia de pesquisa denominada História Oral, muito comum no campo das ciências humanas. Na tese de doutorado da Professora *Dra. Michele Gonçalves Cardoso* problemáticas em torno de seus métodos de pesquisa que desrespeitavam algumas regras da História Oral e o resultado de suas narrativas são discutidos, no diálogo sobre os discursos étnicos em Santa Catarina.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **As Missões De Pe. João Leonir Dall'Alba: História, Memória E Produção De Discursos étnicos sobre o sul do Brasil.** Tese de Doutorado - UDESC, 2018. 302p.

espaços e momentos. Como se percebe, o município de Araranguá, situado no extremo sul de Santa Catarina, também enfrentou o medo da guerra e suas implicações na mudança do cotidiano. A memória daqueles que serviram no *Serviço de Defesa Passiva Antiaérea* junta os pedaços de uma história onde o medo é o agente mobilizador das mais diversas mudanças.

6. Considerações finais

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial tornou-se uma atitude motivada por razões de carácter estratégico, mobilizando questões de cunho econômico e político. As diversas ações empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas foram construídas por ações, discursos e comportamentos interessados em atingir tais objetivos. A incessante busca pela formação de uma identidade de nação, segundo um senso de unidade calcado na atribuição de uma brasilidade, dera contornos para processos de exclusão de parcelas da população que precisariam estar dentro de um modo específico de vida para serem aceitas. Em Santa Catarina, diversas políticas tomaram rumos inesperados em direcionar discursos e comportamentos para alicerçar a base de comprometimento das políticas estaduais com os desejos do governo federal.

A criação do chamado *SDPAAe* em todo o território nacional, motivada pela entrada do Brasil na guerra, é um exemplo de ações governamentais inseridas em um contexto antes não imaginado, na inexistência de serviços capazes de pensar situações e momentos de emergência. Sua criação vem ao encontro com o conceito de Sociedade Disciplinar de Michel Foucault. Nesse sentido, se fez necessário que o Brasil estrasse na guerra para pensar sistemas de proteção antes praticamente inexistentes na legislação brasileira. O Decreto-lei nº 5.861 de 30 de setembro de 1943, realizou a alteração do *Serviço de Defesa Passiva Antiaérea* para *Serviço de Defesa Civil*. Dessa maneira, o serviço passara a ser permanente em território nacional, tendo uma finalidade muito mais ampla.

Compreende-se a criação do *SDPAAe* em um momento de tensão em todo o território nacional. Em Santa Catarina, a existência de uma conjuntura específica ganha contornos no medo provocado pela figura do outro. A criação de tais mecanismos de defesa e atuação em casos diversos, obviamente eram importantes

para a sociedade. Contudo, constituíram-se de maneira intencional. Os jornais da época vincularam e relacionaram seus discursos, impondo a necessidade da implantação de tais sistemas não necessariamente por sua efetiva necessidade em cuidado com a população. Mas, pela promoção dela na manutenção da ordem e da sensibilização exacerbada pelo nacionalismo e projeção do Brasil mundo a fora.

Forjou-se então, para o bom andamento da ordem, sistemas capazes de manter sobre controle e agir em casos de excepcionalidade. Percebe-se a constância em vigiar o outro na busca pela manutenção da ordem social. O cotidiano, transformado pela ótica da guerra, mediado através de uma espécie de pânico moral, invadiu o espaço do trabalho, da casa e dos lugares de sociabilidade. O temor provocado pela guerra, alastrou-se de variadas maneiras, impondo um novo comportamento para todos.

Os sujeitos recrutados para serviço de *alertadores* guardam em suas memórias ações, em períodos de intervenções mais autoritárias por parte do Estado brasileiro e de Santa Catarina. “A história não é senão a vida lembrada nas suas mais intrincadas lides, sejam duras, torpes, leves ou raivosas, em cada pequeno fragmento, vai tecendo sua trama”. (Fáveri, 2002, p.200). Nas intrincadas lides do cotidiano, percebe-se os processos que dão sentido e mobilidade à vida. A Segunda Guerra Mundial alterou e colocou o mundo em alerta. Se torna, portanto, importante pensar o movimento partindo do Brasil para o mundo, em uma visão diferente do que é geralmente empregado para os estudos desse período. O território de Santa Catarina passou por modificações e transformações irreversíveis para a população de modo geral, o sentimento de medo é aqui o agente mobilizador de tais abalos sociais, em suas mais fragmentadas instâncias da vida cotidiana, materializadas pela norma cunhada na necessidade.

Fontes

ARARANGUÁ (SC). **Junta de alistamento militar de Araranguá**. 16º circunscrição de recrutamento. Defesa passiva antiaérea. Caderno para inscrição de pessoas desejosas de servir diversos casos de emergência. Set. 1942. Arquivo Histórico de Araranguá, telegramas recebidos. (coleção).

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil. Registrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1824. Disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei Nº431, de 18 de maio de 1938. Define crimes contra a personalidade internacional, a Estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – 19 de maio de 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-431-18-maio-1938-350768-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 de mar. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 4.098, de 06 de fevereiro de 1942. Define, como encargos necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva antiaérea. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – 10 fev. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4098-6-fevereiro-1942-414702-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 de set. 2024.

BRASIL. Decreto nº10.358, de 31 de agosto de 1942. Declara estado de guerra em todo o território nacional. **Diário Oficial da União**. – 31 de ago. 1942. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d10358.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.358%2C%20DE%2031%20DE%20AGOSTO%20DE%201942&text=Declara%20o%20estado%20de%20guerra,Art.. Acesso: 23 de jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.624, de 26 de agosto de 1942. Cria o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e dá outras providências. **Diário Oficial da União** Seção 1 – 26 ago. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4624-26-agosto-1942-414498-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Cria%20o%20Servi%C3%A7o%20de%20Defesa,A%C3%A9rea%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias>. Acesso em: 23 de set. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.716, de 21 de setembro de 1942. Dispõe sobre a criação e organização da Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, com sede no Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 – 21 set. 1942c. Disponível: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4716-21-setembro-1942-414746-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.861, de 30 de setembro de 1943. Modifica a denominação do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea e da respectiva Diretoria Nacional. **Diário Oficial da União** Seção 1 – 30 set. 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5861-30-setembro-1943-416012-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

DALL´ALBA, João Leonir. **Histórias do grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997.

FORMAÇÃO de bombeiros de Guerra. **Jornal O Estado**: o mais antigo diário de Santa Catarina. Florianópolis, n. 8640. 19 de set. 1942. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadopolis/1942/EST19428640.pdf>. Acesso em: 30 de maio. 2022.

JORNAL **O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. N° 2342, Ano IX. Florianópolis 17 de setembro de 1942. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/diario-oficial-do-estado-de-santa-catarina-ano-9-n-2342-de-17-09-1942>. Acesso em 17 de out. 2023.

JORNAL **O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. N° 2344, Ano IX. 21 de setembro de 1942. Florianópolis. Disponível: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/diario-oficial-do-estado-de-santa-catarina-ano-9-n-2344-de-21-09-1942>. Acesso em: 17 de out. 2023.

O EXERCÍCIO à tarde de ontem. **Jornal: O Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. N° 2346, Ano IX. 23 de setembro de 1942. Florianópolis. Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/diario-oficial-do-estado-de-santa-catarina-ano-9-n-2344-de-21-09-1942>. Acesso em 17 out. 2023.

O QUINTA colunista Kraemer. **Jornal O Estado**: o mais antigo diário de Santa Catarina. Florianópolis, n. 8640. 19 de set. 1942. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1942/EST19428640.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2024.

RONCONI, Richard Vieira; DOS SANTOS, Josiel. Do Plano Urbano ao heliponto: Notas sobre o processo histórico das transformações urbanas em Araranguá/SC (1886-2017). **Revista Cadernos do Ceom**, v. 34, n. 55, p. 215-233, 2021. Disponível: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/329>. Acesso 23 de jul. 2024.

VIEIRA, Rogério. Defesa passiva Anti-aérea de Florianópolis. **Jornal O Estado**: o mais antigo diário de Santa Catarina. Florianópolis, n. 8640. 19 de set. 1942. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1942/EST19428640.pdf>. Acesso em: 30 de maio. 2022.

Bibliografia

ALVES, Ismael Gonçalves; OLIVEIRA, Tatiana de. Corações solitários: Os cuidados da Legião Brasileira de Assistência aos combates da Segunda Guerra Mundial. *In*: ALVES, Ismael Gonçalves; ZANELATTO, João Henrique. **Histórias de Santa Catarina na Segunda República (1930 – 1945)**. (org.). 1° ed. - Criciúma: UNESC, 2017, p. 83 – 108.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Vol. 1**. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **As Missões De Pe. João Leonir Dall’Alba: História, Memória e Produção e Discursos étnicos sobre o sul do Brasil.** Tese de Doutorado - UDESC, 2018. 302p.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Mods and Rockers.** Oxford: Martin Robertson, 1972.

FAVERI, Marlene de. A repressão no governo Vargas e as medidas coercitivas aos simpatizantes do Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. **Cena internacional**, v. 8, n. 2, p. 193-216, 2006.

FAVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina.** Tese (Doutorado em História Cultural) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FÁVERI, Marlene de. Violência política em tempo de guerra: A Exposição de Material Nazista. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 36, p. 151-174, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/11149>. Acesso em 17 de set. 2023.

FÁVERI, Marlene de. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 16, n. 22, p. 91-109, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2009v16n22p91>. Acesso em: 16 de set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral: on the concept of moral panic. **Delictae Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito**, v. 4, n. 6, p. 36-78, 2019. Disponível em: <https://www.delictae.com.br/index.php/revista/article/view/90>. Acesso em: 13 de out. 2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 12º ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930.** – Porto Alegre: Palmarinca/Est, 1994.

HOBOLD, Paulo. ROCHA, Alexandre. **A história de Araranguá.** Complementada e atualizada por Alexandre Rocha. Araranguá: [s.n.], 2005.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas - História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas.** 2º ed. – São Paulo: Contexto, 2008, p. 111 – 154.

VEIGA JUNIOR, João Carlos Valentim; BIANCHI, Patrícia Nunes Lima; BODNAR, Zenildo. Direito dos desastres: a evolução do sistema de proteção e defesa civil brasileiro. **Revista Eletrônica Direito e Política**. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.15, n.1, ISSN 1980-7791, 2020. Disponível: <https://periodicos.univali.br/index.php/rdp/article/view/16388>. Acesso em: 01 de jul. 2022.

SANTOS, Fabiane. A construção do inimigo: É tempo de guerra, medo e silêncio. **Revista Santa Catarina em História**, v. 1, n. 2, p. 62-72, 2007. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/34>. Acesso em: 16 de set. 2023.

ZANELATTO, João Henrique; GONÇALVES, Renan Borges. Campos de concentração/confinamento no Vale do Araranguá durante a Segunda Guerra Mundial. **Oficina do Historiador**, v. 6, n. 1, p. 3-22, 2013.